

Apresentação

Com esta edição a *Revista CPC* chega a seu décimo número, afirmando o papel de fórum privilegiado de difusão de estudos, pesquisas e experiências afins aos propósitos da preservação cultural e do patrimônio histórico. Depois de cinco anos de existência, a consolidação do periódico pode ser verificada pelo grande número de submissões espontâneas, enviadas de todo o Brasil e do exterior, prova entre outras do adensamento da discussão na área e da representatividade deste espaço em seu interior.

Neste número, composto de 10 artigos inéditos de pesquisadores ligados a instituições e disciplinas muito diversas, alguns temas sobressaem: a avaliação de instrumentos e programas de preservação, a questão da paisagem cultural e do ambiente no campo do patrimônio cultural, os usos do patrimônio industrial e ferroviário, o simbolismo identitário no discurso pictórico, as técnicas de conservação do patrimônio. Alguns dos artigos exploram tendências políticas, teóricas e institucionais das ações de preservação no Brasil, ora focalizando experiências concretas, ora examinando o processo de configuração de programas e instrumentos gerais.

Sheila Fonseca dos Santos e Rubens da Silva Ferreira focalizam o processo e os resultados do *Inventário Nacional de Referências Culturais*, o INRC, tal como adotado pelo IPHAN na Ilha de Marajó entre 2004 e 2006. Partindo de uma discussão acerca dos usos da informação na preservação do patrimônio imaterial, os autores examinam a extensa documentação produzida em sua realização de modo a contribuir para a pensar o seu papel como instrumento de preservação da cultura popular tanto no âmbito do ensino público local como em sua difusão ampliada no Pará e no Brasil. Com foco não em um instrumento específico de preservação cultural, mas em um modelo teórico-metodológico visto como inovador, o artigo de Flavia Brito do Nascimento e Simone Scifoni avança na abordagem do patrimônio ao propor a superação das dicotomias habituais entre o material e o imaterial, o natural e o cultural, a partir do conceito de paisagem cultural. Examinando a emergência do tema no campo das práticas de gestão do patrimônio cultural a partir dos anos 1990, as autoras também se detêm sobre sua aplicação no

Vale do Ribeira, por parte da *Superintendência Regional do Iphan* em São Paulo. Ainda centrado em modelos teóricos e experiências nacionais de preservação, o artigo de Romeu Duarte Junior propõe uma análise institucional do *Programa Monumenta*, idealizado pelo Governo Federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Procurando situar algumas das rupturas que ele introduz no âmbito mais geral das políticas de preservação no Brasil, bem como algumas de suas transformações internas ao longo de sua implantação nos últimos 15 anos, o autor pretende apanhar a emergência de um novo capítulo das estratégias e instrumentos de preservação das cidades e sítios históricos no país.

A interpretação ambiental no campo da conservação do patrimônio cultural é o tema do artigo de Karina Gonçalves de Almeida Souza. Centrado na análise do *Programa de Salvaguarda e Valorização da (Real) Fábrica de Neve de Montejuízo*, monumento nacional português tratado desde 1997 como arqueosítio musealizado em meio a um extenso conjunto de ações integradas, a autora explora as dimensões interpretativas lançadas sobre o conjunto arqueológico e sua articulação ao espaço contendor, a saber a Paisagem Protegida da Serra do Montejuízo, como estratégia importante de valorização do patrimônio cultural. Em seu artigo, Rodrigo Christofolletti e André Muller de Mello também se detém em um monumento arqueológico musealizado e seus usos sociais e culturais contemporâneos, as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Desta vez, todavia, trata-se de pensar sua apropriação no campo da educação patrimonial, focalizando-se a experiência pedagógica ali desenvolvida desde 2004. Uma reflexão teórica acerca do uso do patrimônio arquitetônico é o mote do artigo de Monica Junqueira de Camargo e Ângela Rosch Rodrigues. Passando em revista alguns dos principais textos da literatura preservacionista dos séculos XIX e XX, as autoras problematizam a questão tendo em vista as intervenções recentes no patrimônio industrial contemporâneo, especialmente em São Paulo, onde alertam para uma tendência à sobrevalorização dos critérios econômicos e funcionais em detrimento de premissas mais complexas do restauro, da manutenção preventiva ou da conservação integrada.

Os dois últimos artigos incluídos na seção Patrimônio Cultural deste número constituem análises históricas de processos e obras do que propriamente marcados

pelas teorias e agendas preservacionistas. O artigo de Coaracy Eleutério da Luz focaliza o conjunto ferroviário do trecho Ponta Grossa-União da Vitória da ferrovia São Paulo-Rio Grande, construído no Paraná no início do século XX, como fator de desenvolvimento e urbanização, no que um acervo expressivo de estações, paradas, oficinas, depósitos, pontes, residências, armazéns entre outros se constitui em elemento de identificação histórica de toda uma região. Ângela Maria Soares Mendes Tadei tem como foco um objeto histórico, a tela *A Pátria*, pintada por Pedro Bruno em 1919, hoje exposta na mostra permanente do Museu da República no Rio de Janeiro. Reconstituindo a trajetória do pintor, as circunstâncias históricas da pintura e suas representações, a autora propõe uma análise formal da obra como forma de pensar os rebatimentos entre um discurso iconográfico e as interpretações literárias do Brasil no período.

A seção Conservação e Restauração é composta de contribuições advindas de áreas ainda pouco incorporadas nos debates públicos sobre preservação cultural e políticas de preservação. Fausto Viana e Luz Garcia Neira se detêm nos trajes e figurinos teatrais como objeto de conservação alertando para os fatores específicos de deterioração dos materiais têxteis. Marina Martins Mennucci, Idalina Vieira Aoki, Vincent Vivier e Hercílio Gomes de Melo debruçam-se sobre a experimentação com um microeletrodo com cavidade como recurso de preservação de artefatos metálicos no campo do patrimônio histórico.

Um panorama de questões portanto diverso mas articulado, resultante de um processo de edição que partiu de um universo inicial de 38 propostas de artigos, e em cujo processo de julgamento foi mobilizado um corpo expressivo de pareceristas especializados, a quem agradecemos imensamente a atenção e o rigor dispensados. Se a qualidade dos artigos examinados pode ser avaliada diretamente pela leitura daqueles que ora se publica, a expansão significativa do volume de propostas sugere a necessidade de assumirmos o caráter propositivo da revista, no sentido de estabelecermos um espaço cada vez mais articulado coletivamente e atualizado do ponto de vista das pautas julgadas relevantes ou prioritárias a cada edição.

José Tavares Correia de Lira